

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

(art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021) descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:

O Município atualmente possui 669 ruas cadastradas no sistema, com um total de 6399 lâmpadas instaladas na rede elétrica, sendo elas, 2815 LEDs e 3551 de outros modelos, que demandam de uma manutenção diária para garantir a eficácia do funcionamento correto da sua funcionalidade.

A aquisição de itens para iluminação pública é imprescindível para a manutenção do Parque de Iluminação Pública do Município, pois permite a substituição de equipamentos antigos ou danificados, a ampliação da rede de iluminação e a melhoria da eficiência energética.

Uma iluminação pública de qualidade é necessária para que as pessoas possam circular com tranquilidade pela cidade. Além de oferecer conforto, ela diminui casos de violência nas ruas e aumenta a segurança no trânsito. Segundo estudos, a iluminação pública adequada pode reduzir em até 30% os acidentes de trânsito e em até 20% os crimes violentos. Portanto, a aquisição de itens para iluminação pública é um investimento que traz benefícios sociais, ambientais e econômicos para o município e seus habitantes.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA



(art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Existem algumas soluções disponíveis para que uma prefeitura possa adquirir materiais elétricos para iluminação pública, tais como:

Licitação pública: É o processo administrativo que visa selecionar a proposta mais vantajosa para a administração pública, com base em critérios previamente definidos, como preço, qualidade, prazo, entre outros. A licitação pública é obrigatória para a contratação de obras, serviços, compras e alienações pelo poder público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

Parceria público-privada (PPP): É o contrato de prestação de serviços de médio ou longo prazo, entre o poder público e uma empresa privada, que envolve investimento e gestão por parte do parceiro privado, em troca de uma remuneração vinculada ao seu desempenho. A PPP pode ser uma alternativa para a modernização da iluminação pública, com a implantação de tecnologia LED e produtos smart, que trazem economia de energia e benefícios sociais. Um exemplo de PPP na iluminação pública é o caso de São Paulo, que firmou um contrato de 20 anos com um consórcio privado para a substituição de 620 mil pontos de luz na cidade.

Programa Procel Reluz: É um programa do governo federal, coordenado pela Eletrobrás, que oferece recursos financeiros e apoio técnico aos municípios que adotam a tecnologia LED na iluminação pública, visando a eficiência energética e a redução de custos. O programa é operacionalizado por meio de chamadas públicas, que selecionam os projetos dos municípios interessados em participar. Desde 2000, o Procel Reluz já apoiou mais de 500 projetos de iluminação pública em todo o país.

No caso deste certame, a aquisição ocorrerá por meio de licitação pública, visando à concorrência pelo menor preço e à forma mais vantajosa no momento, haja vista que os objetos mencionados são destinados à manutenção de um



sistema já instalado na cidade, o qual demanda serviços diários para garantir o funcionamento correto de todas as lâmpadas

A justificativa técnica da escolha da licitação pública se baseia na necessidade de garantir a isonomia, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência na contratação de bens e serviços públicos, conforme os princípios constitucionais que regem a administração pública. A licitação pública também permite a ampla participação dos fornecedores, estimulando a competitividade e a inovação no mercado.

A justificativa econômica da escolha da licitação pública se baseia na busca pela economicidade, ou seja, pela obtenção do melhor resultado possível com o menor dispêndio de recursos públicos. A licitação pública também possibilita a avaliação das alternativas possíveis, e a justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar, conforme o art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021. A licitação pública ainda contribui para a transparência e a prestação de contas da gestão pública, facilitando o controle social e institucional. Portanto, a escolha da licitação pública pode ser justificada tanto por necessidade de urgência, quanto por aspectos de técnicos e econômicos, que visam assegurar a legalidade, a legitimidade, a eficácia e a efetividade das contratações públicas

3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Pretende-se realizar a contratação de empresas para o fornecimento de itens de manutenção da iluminação pública.

Neste caso os itens terão seu fornecimento parcelado em cotas, tendo em vista que a licitação será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, objetivando fomentar as empresas que estejam sob estes



enquadramentos, nos termos da Lei Complementar 123/2006. Exceto o Item 14 (Iluminação LED padrão “B”), cuja estimativa de valor final, é maior que 80 mil reais, devendo assim ter cota de 25% reservada exclusivamente para micro e pequenas empresas e os 75% restantes são destinados à participação de todo e qualquer interessado.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE

(art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021) estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A quantidade estimada levou em conta o quantitativo utilizado em anos anteriores. Entenderam-se as quantidades como sendo suficiente para utilização nos próximos doze meses, sendo ela descrita no DFD (Documento de formulação da Demanda), anexo nesse protocolo de pedido de abertura de licitação.

Tendo em vista que o objeto deste certame se refere à aquisição de materiais para manutenção do sistema de iluminação pública, caracterizando-se como fornecimento continuado com histórico de aquisições recorrentes, a base de cálculo considera a necessidade da Administração em assegurar a regularidade do abastecimento. Dessa forma, o procedimento licitatório seguirá a modalidade de pregão tradicional, com adjudicação ao fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa, garantindo a economicidade e eficiência na contratação.

Também se leva em conta, no item 14 (Iluminação LED padrão 'B'), que a cidade aumentou e estará aumentando a quantidade desse tipo de luminária, o que faz a base de cálculo duplicar a quantidade utilizada na última licitação. Em contrapartida, os demais tipos de materiais terão suas quantidades reduzidas.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



(art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

Estima-se que o valor da contratação varia pelas unidades dos produtos, conforme preços da licitação anterior e levando em conta o preço médio da tabela SINAPI, fica estipulado o valor de R\$711.293,00 (Setecentos e onze mil duzentos e noventa e três reais) fracionado por itens, conforme tabela descrita no DFD (Documento de formulação da Demanda), anexo nesse protocolo de pedido de abertura de licitação.

6. ANÁLISE DOS RISCOS

(art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

Objeto de contratação: Materiais para manutenção do sistema de iluminação pública.
Nº da Portaria de designação da Comissão de Planejamento:
FASE DE ANÁLISE:
<input checked="" type="checkbox"/> Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
<input type="checkbox"/> Gestão do Contrato

a-) Fase de Planejamento

RISCO 1	
Descrever aqui o risco: Deficiência na definição da demanda.	
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa <input type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa <input checked="" type="checkbox"/> Média <input type="checkbox"/> Alta
Dano	
Subdimensionamento ou superdimensionamento da demanda	
Ação Preventiva	Responsável
Organização e controle do planejamento da aquisição de Materiais.	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas
Ação de Contingência	Responsável
Implementar mecanismos de revisão durante o processo de licitação, permitindo ajustes à medida que mais informações sobre a demanda se tornem disponíveis.	Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas



b-) Gestão do Contrato

RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Descumprimento das obrigações contratuais, atraso na execução do objeto, especificações divergentes. Falha ou omissão no registro e fatos do contrato			
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Deficiência na prestação dos serviços; Prejuízo financeiro para a Administração, Possível negligência nas manutenções dos patrimônios públicos.			
Ação Preventiva		Responsável	
Elaboração detalhada do contrato, incluindo cláusulas claras que descrevam as obrigações de ambas as partes, prazos, especificações técnicas, penalidades por descumprimento e procedimentos de resolução de disputas. Submeter o contrato a uma revisão legal antecipada para garantir que esteja em conformidade com as leis aplicáveis e que todas as cláusulas sejam claras, justas e executáveis. Desenvolver um Termo de Referência preciso que inclua todas as especificações técnicas e requisitos detalhados do projeto, minimizando a probabilidade de interpretações divergentes. Avaliar cuidadosamente a capacidade técnica e financeira dos fornecedores antes da adjudicação do contrato para garantir que estejam aptos a cumprir as obrigações contratuais. Oferecer treinamento adequado às equipes envolvidas na execução do contrato, garantindo que todos entendam suas responsabilidades e obrigações. Realizar auditorias periódicas para garantir a conformidade com as especificações e o registro adequado de fatos contratuais, evitando falhas ou omissões.		Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas Procuradoria Jurídica Secretaria de Administração e Finanças	
Ação de Contingência		Responsável	
Incluir cláusulas contratuais que estabeleçam penalidades para o descumprimento das obrigações contratuais e atrasos na execução do objeto. Designar uma equipe de gerenciamento de riscos para identificar proativamente problemas potenciais e implementar ações corretivas. Estabelecer canais claros e transparentes de comunicação entre as partes contratantes para abordar prontamente quaisquer problemas que possam surgir. Realizar revisões regulares do contrato durante a execução do projeto para garantir que ele permaneça relevante e alinhado com as necessidades e especificações.		Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas Secretaria de Administração e Finanças	

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

(art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

Tendo em vista os fatos acima aduzidos, compreende-se a aquisição de Materiais junto a empresas privadas, através de Pregão Eletrônico sob o Pregão tradicional, com entrega à cargo do fornecedor, como solução que suprirá as necessidades da Administração. Tendo ainda como obrigação:

1 - Tratar as questões inerentes ao objeto com o fiscal do contrato, através do(s) responsável(is) técnico(s), não se admitindo aos demais empregados da CONTRATADA tratarem de questões técnicas com o fiscal do contrato, a não ser por iniciativa deste último;

2 - Responsabilizar-se por qualquer dano causado, por sua culpa ou dolo, a qualquer órgão público, empresa privada ou pessoa física, não cabendo ao Município suportar qualquer ônus, nos termos do art. 70 da Lei nº. 8.666/1993;

3 - Responder por quaisquer danos morais, materiais, patrimoniais e/ou pessoais causados ao Município ou a terceiros, provocados ou negligenciados por seus profissionais e/ou prepostos, culposa ou dolosamente, ainda que por omissão involuntária, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município;

4 - Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste registro de preços, de acordo com as especificações determinadas no Processo Licitatório, assumindo a responsabilidade técnica pelos serviços prestados e pelos equipamentos/acessórios disponibilizados;

5 - Além destas obrigações, ainda compete à CONTRATADA:

- a) Executar/entregar o objeto de acordo com as orientações do fiscal;
- b) Responsabilizar-se, civil e ético-profissional e responder pela qualidade;



c) Substituir produtos, defeituosos ou executados em desacordo com as especificações e normas, não cabendo à firma executante o direito de indenização;

d) Providenciar a regularização de falhas, defeitos ou omissões definidas pela Fiscalização do Município.

Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e o fornecimento efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanção prevista no edital e na legislação vigente.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, alterado pela Lei complementar n.º 147/2014, cujo objeto social seja pertinente e compatível com o objeto licitado, que atenderem a todas as exigências deste Edital e que estiverem cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e que estiverem regularmente credenciados e em situação regular perante o sistema eletrônico do Portal Compras Governamentais, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006. Habilitação Jurídica: comprovação de que a empresa ou microempresa está legalmente constituída e apta a exercer a sua atividade. Para isso, é necessário apresentar o contrato social, o CNPJ, a inscrição estadual ou municipal, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: comprovação de que a empresa ou microempresa está em dia com as suas obrigações tributárias e trabalhistas, tanto em âmbito federal, estadual e municipal, quanto em relação aos seus empregados. Para isso, é necessário apresentar as certidões negativas de



débitos, o FGTS, o INSS, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública.

Qualificação Econômico-Financeira: comprovação de que a empresa ou microempresa tem capacidade financeira para cumprir o contrato, sem comprometer a sua saúde financeira. Para isso, é necessário apresentar o balanço patrimonial, a demonstração de resultados, a certidão negativa de falência ou recuperação judicial, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública.

Prova de Capacidade Técnica: comprovação de que a empresa ou microempresa tem experiência e qualificação para executar o objeto do contrato, ou seja, o fornecimento de materiais elétricos. Para isso, é necessário apresentar atestados, certificados, portfólio, e outros documentos que possam ser exigidos pela administração pública.

Índice de Liquidez Geral: indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar as suas dívidas no curto e no longo prazo, considerando o seu ativo circulante (disponibilidades, contas a receber, estoques, etc.) e o seu realizável a longo prazo (investimentos, créditos, etc.), em relação ao seu passivo circulante (obrigações de curto prazo) e ao seu exigível a longo prazo (obrigações de longo prazo).

Índice de Solvência Geral: indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar todas as suas dívidas, considerando o seu ativo total (todos os bens e direitos da empresa ou microempresa) em relação ao seu passivo circulante e ao seu exigível a longo prazo.

Índice de Liquidez Corrente: indicador financeiro que mede a capacidade de uma empresa ou microempresa de pagar as suas dívidas de curto prazo, considerando apenas o seu ativo circulante em relação ao seu passivo circulante.

Esses índices podem ser exigidos como requisitos para contratação de empresas ou microempresas de fornecimento de materiais elétricos, dependendo do grau de risco e de confiança envolvidos no contrato. Eles servem



para avaliar a situação financeira e a capacidade de pagamento dos fornecedores.

Além desses requisitos, é importante que a empresa ou microempresa de fornecimento de materiais elétricos tenha uma boa variedade de estoque, qualidade dos materiais, atendimento personalizado, presença online, compromisso com o cliente, rapidez de entrega, condições de preços e pagamentos, e suporte apropriado.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS

(Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A exigência de qualificação técnica e econômico-financeira em licitações serve para garantir que os licitantes tenham a capacidade de cumprir o contrato com sucesso, protegendo os interesses da administração pública e assegurando a qualidade do serviço ou produto contratado.

Capacidade Técnica:

Demonstrar que os licitantes possuem a experiência e a competência necessárias para executar o objeto da licitação, garantindo um resultado de qualidade, reduzindo riscos durante a execução do contrato, como atrasos e não conformidades.



A garantia de que o licitante tem a capacidade de executar o contrato com eficiência e eficácia, otimizando os recursos públicos.

Qualificação Econômico-Financeira:

Garantir que os licitantes tenham uma situação financeira estável e saudável, capaz de suportar os custos e responsabilidades do contrato, demonstrando que a empresa tem capacidade de cumprir suas obrigações financeiras, como pagamento de fornecedores, salários e impostos, evitando inadimplência.

Evitando riscos de falência ou dificuldades financeiras, que possam comprometer a execução do contrato e o interesse da administração pública.

10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL

(art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;

Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº 12.305/2010);

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);



Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;

Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;

Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e

Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).

Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

(art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Da contratação do objeto deste ETP espera-se o fornecimento de Materiais Elétricos de boa qualidade e de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência, objetivando a compra com o menor preço possível, tendo por objetivo a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis.



A adequação dos materiais elétricos às normas técnicas e de segurança vigentes, garantindo a confiabilidade e a durabilidade dos produtos.

A capacidade de atendimento da demanda, considerando o prazo, a quantidade e a frequência do fornecimento, evitando atrasos, faltas ou excessos de materiais.

A responsabilidade socioambiental da empresa fornecedora, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável, a preservação dos recursos naturais, a redução dos impactos ambientais e a valorização dos direitos humanos e trabalhistas.

12. REGIME DE FORNECIMENTO

(Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

Há de se considerar sobre como a produção em larga escala pode reduzir os custos unitários dos bens, serviços ou obras. Em contextos de políticas públicas ou regulamentações de mercado, onde se procura maximizar a eficiência e reduzir os custos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

(art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021) providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;



Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Indicar se no processo devido à complexidade ou natureza do objeto será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Carlos Eduardo Mangini
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Cleiton Szczepkowski
Suplente do Fiscal de Recebimento/Execução:	Leonardo Assis Walendolff de Oliveira

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES

(art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Os Objetos desse certame fazem relação com o contrato 021/2022 de SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, obtidos através do pregão 158/2021.

15. ALINHAMENTO COM O PAC

(art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021) demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

- I) ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 17/06/2024
- III) Id do item no PCA: 987541-179/2025
- IV) Classe/Grupo: Material
- V) Identificador da Futura Contratação: Eventual aquisição de materiais para manutenção do sistema de iluminação pública.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS



- ☐ Global
- ☐ Lote(s) de Itens
- ☒ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia

A classificação como bens e serviços comuns ocorre porque os itens ou serviços envolvidos na licitação possuem características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado. Isso significa que não há necessidade de especificações técnicas complexas ou processos de análise detalhados para sua aquisição, tornando a concorrência mais acessível e ágil.

- ☒ Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos

O objeto caracteriza-se como fornecimento contínuo, permitindo a contratação por 12 meses, com possibilidade de prorrogação por até 10 anos, garantindo eficiência administrativa e evitando licitações anuais, artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

- ☐ Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- ☐ Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- ☐ Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

há demanda diária por serviços de manutenção, reposição e ampliação das luminárias. Isso justifica a classificação, pois a continuidade do fornecimento desses produtos e serviços é fundamental para a operação eficiente da iluminação na cidade.



18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação tem um risco muito baixo de não ser executado ou de gerar prejuízos para a Administração, justificando a dispensa da garantia. A Administração optou por utilizar outras formas de garantia além da garantia de execução, como a comprovação de experiência em atividades similares ou a apresentação de documentos que demonstrem a capacidade financeira da empresa.

19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das informações apresentadas neste estudo técnico preliminar, concluímos pela viabilidade e necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais elétricos de qualidade, conforme as especificações técnicas e os requisitos de sustentabilidade ambiental definidos no termo de referência.

A contratação visa atender à demanda da Administração Municipal por materiais elétricos para a manutenção do sistema de iluminação pública do município, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços públicos prestados à população.

A não contratação pode acarretar em prejuízos operacionais, financeiros e sociais, como a interrupção ou a precarização dos serviços de iluminação, o aumento dos custos de manutenção, o desperdício de recursos naturais e a insatisfação dos usuários.

A modalidade de licitação escolhida para a contratação é o pregão eletrônico, por se tratar de uma aquisição de bens comuns, de ampla concorrência e de fácil padronização. O tipo de licitação será o de menor preço, por lote, considerando o valor global do fornecimento.

**20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC**

(Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- ☒ Pregão, ☒ Tradicional ☐ SRP
☐ Concorrência, ☐ Tradicional ☐ SRP
☐ Concurso
☐ Leilão
☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

- ☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)
☐ Pré-Qualificação
☐ Procedimento de Manifestação de Interesse,

Contratação Direta:

- ☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa
☐ Inexigibilidade de licitação.

Critério de julgamento:

- ☒ menor preço
☐ melhor técnica ou conteúdo artístico
☐ técnica e preço
☐ maior retorno econômico
☐ maior desconto
☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

- ☒ Aberto



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

() Fechado

() Aberto e Fechado

() Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

() SIM

(x) NÃO

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

(x) Recursos Próprios

() Recursos Estaduais

() Recursos Federais

Dois Vizinhos, 12 de maio de 2025.

CARLOS EDUARDO MANGINI

Secretário de Planejamento e Ações Estratégicas
Responsável pela Elaboração do ETP



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3C4F-28CD-28AB-4DA8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LEONARDO ASSIS WALENDOLFF DE OLIVEIRA (CPF 107.XXX.XXX-30) em 16/06/2025 15:44:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CARLOS EDUARDO MANGINI (CPF 078.XXX.XXX-99) em 16/06/2025 15:44:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JEFERSON SAVICKI (CPF 092.XXX.XXX-07) em 16/06/2025 15:56:20 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLEITON SZCZEPKOWSKI (CPF 091.XXX.XXX-95) em 16/06/2025 15:56:54 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BIANCA CRISTINA SCHREIBER (CPF 085.XXX.XXX-35) em 17/06/2025 10:09:35 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/3C4F-28CD-28AB-4DA8>